



**Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Gestão e Governo Digital  
Coordenadoria de Gestão Administrativa**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 018.00027514/2024-35

**Interessado:** Coordenadoria do Patrimônio do Estado

**Assunto:** Alienação onerosa de 03 (três) imóveis situados em Tupi Paulista, Ourinhos e Bauru

**COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO**

**LEILÃO Nº 0010/2024**

(Processo Administrativo SEI nº 018.00027514/2024-35)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 19/12/2024 às 10h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA (sítio eletrônico): [www.fidalgoleiloes.com.br](http://www.fidalgoleiloes.com.br)

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, sediada *Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º andar, Sé, São Paulo/SP*, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda dos imóveis descritos e caracterizados no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram, sob a responsabilidade do *Leiloeiro Oficial Senhor Douglas Jose Fidalgo, inscrito no CPF/MF sob o nº 164.996.598-27, leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 587, conforme contrato de prestação de serviços que constitui o documento SEI nº 0045708641 dos autos do Processo nº 018.00026329/2024-23.*

Esta licitação será regida pela [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), pelo [Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932](#), pelo [Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024](#), e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sítios eletrônicos <https://pncp.gov.br/> (Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), [www.fidalgoleiloes.com.br](http://www.fidalgoleiloes.com.br), <https://www.doe.sp.gov.br> e [Leilões \(sggd.sp.gov.br\)](http://leiloes.sggd.sp.gov.br) ([sggd/transparência/editais/leilões](http://sggd/transparência/editais/leilões)), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

O leilão eletrônico será realizado mediante cadastramento prévio dos interessados no sistema indicado no sítio eletrônico [www.fidalgoleiloes.com.br](http://www.fidalgoleiloes.com.br) a partir das 10h (dez) horas do dia 19 de dezembro de 2024 até as 16h (dezesseis) horas do dia 19 de dezembro de 2024.

## 1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente leilão a alienação dos imóveis descritos e caracterizados no Anexo I deste Edital.

1.1.1. Os imóveis serão vendidos "ad corpus", nas condições, no estado material e na situação jurídica em que se encontram, com as respectivas descrições constantes no Anexo I deste Edital.

1.1.2. As providências judiciais e/ou extrajudiciais que se façam necessárias para a imissão do adquirente na posse, bem como quaisquer regularizações, especialmente registros e levantamento de eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel, serão de responsabilidade exclusiva do adquirente.

1.2. Os imóveis serão ofertados e vendidos individualmente, correspondendo cada imóvel a um item para fins de adjudicação, na ordem estabelecida no Anexo I deste Edital.

1.3. A documentação de cada imóvel está à disposição dos interessados na sede da Unidade Contratante, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

1.4. Os imóveis especificados no Anexo I deste Edital poderão ser visitados pelos interessados mediante prévio agendamento.

1.4.1. A visita de que trata a subdivisão acima não é obrigatória para fins de participação nesta licitação.

1.4.2. A partir da publicação deste Edital e até o 5º (quinto) dia anterior à data da sessão pública, os interessados em visitar os imóveis deverão enviar e-mail para [tania@fidalgoleiloes.com.br](mailto:tania@fidalgoleiloes.com.br), manifestando o interesse, especificando a qual(is) imóvel(is) se refere, e indicando o nome, documento de identidade e telefone de quem comparecerá na visita.

1.4.3. Serão disponibilizados datas e horário para a visita aos interessados que manifestarem interesse nos termos da subdivisão acima. O agendamento deverá ser rigorosamente observado, uma vez que sua renovação dependerá de novo pedido e de disponibilidade de horário.

1.4.4. A visita tem como objetivo permitir aos interessados verificarem localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, inclusive no que concerne a quaisquer vícios que o imóvel possa ter, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita.

1.4.5. A não realização da visita em razão da impossibilidade de o interessado comparecer nos dias e horários agendados, ou em virtude de qualquer outro motivo, não acarretará nenhum prejuízo à realização da licitação.

## 2. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor mínimo de aquisição exigido para cada imóvel está fixado no Anexo I deste Edital, em conformidade com laudo de avaliação que instrui o processo indicado no mesmo Anexo.

2.1.1. Poderá o licitante vencedor optar pelo pagamento à vista ou parcelado, na forma definida nos itens 2.2 e 2.3 deste Edital.

2.2. Em ambas as opções de pagamento (à vista ou parcelado), o licitante vencedor deverá efetuar o pagamento de sinal correspondente ao percentual fixado no Anexo I deste Edital incidente sobre o valor da oferta vencedora.

2.2.1. Após o exaurimento da fase recursal, na etapa de que trata o item 5.7.2 deste Edital, o licitante vencedor será convocado para efetuar o pagamento do sinal em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação.

2.3. O licitante vencedor poderá optar pelo pagamento à vista ou parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora, devendo apresentar, na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, declaração elaborada de acordo com o modelo do Anexo III.1 ou do Anexo III.2, conforme a opção exercida.

2.3.1. O pagamento à vista do saldo remanescente do preço da oferta vencedora será feito em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data prevista para o pagamento do sinal, ressalvada a hipótese prevista no item 2.3.1.3 deste Edital, independentemente da lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra.

2.3.1.1. É admitido o pagamento à vista mediante alienação fiduciária da propriedade, hipótese em que os interessados deverão dirigir-se ao agente financeiro de sua escolha para inteirarem-se das condições e

providências necessárias, antes da apresentação de proposta nesta licitação.

2.3.1.2. Feita a opção pelo pagamento à vista mediante alienação fiduciária, será exigido do licitante vencedor o pagamento de sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do valor ofertado vencedor, ainda que outro tenha sido o percentual exigido a título de sinal no Anexo I, observado o quanto estabelecido no item 2.2.1, ambos deste Edital.

2.3.1.3. No prazo de até 60 (sessenta) dias contados da publicação da homologação do certame, o licitante vencedor deverá informar à Unidade Contratante se houve a celebração de contrato de alienação fiduciária com a instituição financeira de sua preferência. Em caso positivo, o contrato e a escritura de venda e compra deverão ser averbados no Cartório de Registro de Imóveis no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da informação à Unidade Contratante, e o saldo remanescente do preço da oferta vencedora deverá ser pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da averbação no registro. Em caso negativo, deverá o licitante vencedor informar a forma pela qual pretende efetuar o pagamento e, sendo feita opção pelo pagamento parcelado, deverá indicar o número de parcelas, observado o limite máximo estabelecido no Anexo I deste Edital para o objeto que lhe foi adjudicado.

2.3.1.4. Na hipótese prevista no item 2.3.1.1 deste Edital, o licitante vencedor estará obrigado ao pagamento integral à vista do preço da oferta vencedora para o objeto que lhe foi adjudicado, independentemente do valor do crédito liberado pela instituição financeira.

2.3.1.5. O não pagamento do saldo remanescente do preço da oferta vencedora no prazo estipulado no item 2.3.1.3 enseja a retomada do imóvel, conforme excerto de cláusula prevista na escritura de venda e compra.

2.3.1.6. Caso não seja celebrado o contrato de alienação fiduciária com instituição financeira, a respectiva falta de informação pelo licitante vencedor da forma pela qual o pagamento será efetuado enseja a perda do sinal, bem como o retorno do objeto adjudicado em novo certame.

2.3.2. O pagamento parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora deverá ser feito com observância do número máximo de parcelas mensais e consecutivas indicado no Anexo I deste Edital, fixado para cada *item*.

2.3.2.1. As parcelas mensais e consecutivas de que trata o item 2.3.2 deste Edital serão contadas a partir da data prevista para pagamento do sinal, acrescidas de juros de 06% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, e correção monetária anual incidente sobre o saldo devedor, considerando a variação acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de reajuste, calculada com base na variação do IPC-FIPE, ou na sua eventual extinção, outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado.

2.3.2.2. A obrigação do pagamento das parcelas independe da lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca.

2.4. *Excetuada a comissão devida ao Leiloeiro Oficial*, todos os pagamentos previstos no presente leilão serão realizados mediante depósito bancário no Banco do Brasil S/A, Agência nº 1897-X, Conta Corrente nº 20996-1, em nome da Secretaria de Gestão e Governo Digital, CNPJ nº 39.467.292/0001-02, ou mediante pagamento de boleto bancário a ser emitido pelo Banco do Brasil S/A ou seu sucessor.

2.4.1. Cópia da guia de depósito deverá ser enviada à Unidade Contratante por correio eletrônico ou entregue no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, no prazo de 1 (um) dia útil após o respectivo vencimento.

2.4.2. Os pagamentos serão recebidos provisoriamente em até 1 (um) dia útil contado da data do recebimento da cópia da guia de depósito.

2.4.3. Do termo de recebimento provisório deverá constar a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do servidor da Unidade Contratante responsável pelo recebimento.

2.4.4. Constatadas irregularidades no depósito, a Unidade Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

2.4.5. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado que o(s) pagamento(s) está(ão) correto(s) à luz das condições previstas neste Edital, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável, observadas as mesmas condições previstas pelo

item 2.4.3.

2.4.6. No caso de pagamento mediante boleto bancário, não se aplicam os itens 2.4.1 a 2.4.5 deste Edital.

2.5. A qualquer tempo poderá o comprador efetuar a liquidação antecipada do saldo devedor, que será calculado aplicando-se a correção monetária e juros que couberem até a data do pagamento, excluindo-se os juros que integram as parcelas vincendas.

2.5.1. O pagamento antecipado do saldo devedor também poderá ser realizado mediante alienação fiduciária da propriedade, hipótese em que o comprador deverá dirigir-se ao agente financeiro de sua escolha para inteirar-se das condições e providências necessárias.

2.5.2. Feita a opção pela liquidação antecipada do saldo devedor mediante alienação fiduciária, o comprador deverá averbar o contrato de alienação fiduciária e a escritura de venda e compra no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da informação à Unidade Contratante de que pretende efetivar a medida, e proceder ao pagamento dos valores do saldo devedor em até 05 (cinco) dias úteis da averbação no registro do imóvel.

2.6. A verificação e respectiva quitação dos pagamentos, inclusive quanto a eventual pagamento de parcelamento antecipado, caberão à Unidade Contratante.

*2.7. Após a arrematação e por ocasião da convocação de que trata o item 5.7, e independentemente da opção pelo pagamento à vista ou em parcelas (itens 2.2 e 2.3), o arrematante pagará ao Leiloeiro Oficial comissão correspondente a 05% (cinco por cento) do valor da venda de cada imóvel arrematado.*

### **3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

3.2. O licitante interessado em participar deste leilão deverá se cadastrar previamente no sistema indicado no sítio eletrônico especificado no preâmbulo deste Edital, no prazo indicado na mesma disposição deste instrumento convocatório.

3.2.1. O cadastramento de que trata o item 3.1 será gratuito, destina-se à obtenção de login e senha para acesso ao sistema, e não constitui registro cadastral prévio.

3.2.2. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua desconexão.

3.3. É lícita a apresentação de proposta por duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas, reunidas em grupo.

3.3.1. A proposta deverá ser subscrita por um dos proponentes na qualidade de procurador dos demais, e, na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, deverá ser especificada na procuração a ser apresentada a parte ideal que cada membro do grupo terá no *imóvel*. Não havendo parte ideal especificada na etapa acima referida, constará da Escritura Pública de Venda e Compra, ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca, que o *imóvel* pertence a todos os condôminos em partes iguais.

3.3.2. A procuração, a ser apresentada na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, deverá especificar a solidariedade entre os proponentes no pagamento do valor integral do preço, conter poderes especiais para representá-los na compra do *imóvel* por meio da presente licitação, para subscrever a proposta em nome de todos, receber intimações e notificações, além de citações judiciais, bem como renunciar à interposição de recursos, conforme o modelo constante do Anexo VI.2 do presente Edital.

3.3.3. A pessoa física e/ou jurídica que participe desta licitação reunida em grupo não poderá participar de mais de um grupo ou de forma isolada.

### **4. SESSÃO PÚBLICA, JULGAMENTO E RESULTADO**

4.1. O licitante interessado em participar deste leilão encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A proposta inicial permanecerá fechada até a data e hora designadas para abertura da sessão pública.

4.1.2. O licitante declarará em campo próprio do sistema:

4.1.2.1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.2.2. o pleno conhecimento e a aceitação dos termos deste Edital;

4.1.2.3. a sua responsabilidade pelas transações que forem efetuadas naquele sistema, diretamente ou por intermédio de seu representante, reconhecidas como firmes e verdadeiras.

4.2. Considerando a disponibilização da funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final máximo quando do registro da proposta.

4.2.1. O valor final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance anteriormente registrado por ele no sistema.

4.2.2. O valor máximo parametrizado na forma da subdivisão anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.3. Na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema, para envio de lances públicos e sucessivos, por período de 06 (seis) horas.

4.4. Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.

*4.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento) do valor do imóvel.*

4.5. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao seu último lance registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, caso seja exigido em subdivisão do item 4 deste Edital.

4.6. Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante ofertante.

4.7. O licitante será imediatamente informado, pelo sistema, do recebimento de seu lance.

4.8. Encerrada a etapa de envio de lances, o *leiloeiro oficial* verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor o licitante que tiver ofertado o maior lance, observado o preço mínimo de alienação.

*4.8.1. Após a publicação do resultado do julgamento e anteriormente à indicação do licitante vencedor a que se refere a subdivisão acima deste Edital, será concedida oportunidade de exercício de direito de preferência a licitante que, submetendo-se a todas as regras deste Edital, comprove a ocupação de boa-fé do bem, nos termos do art. 77 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*4.8.1.1. No momento de que trata a subdivisão acima, caso não tenha ofertado o maior lance, o ocupante de boa-fé do imóvel será convocado, por meio do sistema, para, se for de seu interesse, exercer o direito de preferência a que alude referida subdivisão, mediante apresentação de nova proposta de preço, igual e nas mesmas condições do maior lance ofertado, observado o preço mínimo de alienação.*

*4.8.1.2. Cumpridas as condições estabelecidas na subdivisão acima, o ocupante de boa-fé do imóvel será considerado arrematante.*

*4.8.1.3. A ausência de manifestação do licitante no prazo estabelecido implicará na preclusão do direito de preferência a que se refere o art. 77 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4.9. Definido o resultado do julgamento, quando a melhor proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado para arrematação, o *leiloeiro oficial* poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.

4.9.1. Concluída a negociação de que trata a subdivisão acima, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado para arrematação.

## 5. RECURSOS, PAGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 5.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 5.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.
- 5.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 5.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 5.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *que deverá o pedido ser formalizado no endereço eletrônico: [contatocpe@sp.gov.br](mailto:contatocpe@sp.gov.br)*.
- 5.7. Em 05 (cinco) dias após o exaurimento da fase recursal, o licitante vencedor será convocado para:
- 5.7.1. apresentar os seguintes documentos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de sua convocação:
- 5.7.1.1. em se tratando de pessoa física, em relação ao proponente ou, no caso de participação em grupo (item 3.3), em relação a todos os proponentes:
- a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
  - b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 5.7.1.2. em se tratando de pessoa jurídica ou empresário individual, em relação ao proponente ou, no caso de participação em grupo (item 3.3), em relação a todos os proponentes (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
  - b) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de empresário individual;
  - c) inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, em se tratando de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal, sociedade cooperativa ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;
  - d) portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#), em se tratando de sociedade empresária estrangeira;
  - e) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, em se tratando de sociedade simples;
  - f) inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, em se tratando de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária;
  - g) ato de autorização, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

5.7.1.3. declaração elaborada de acordo com o modelo do Anexo III.1 ou do Anexo III.2, conforme a opção exercida pelo pagamento à vista ou parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora, respectivamente;

5.7.1.4. instrumento de procuração, em caso de participação do licitante por intermédio de representante nomeado mediante procuração, conforme o modelo constante do Anexo VI.1 deste Edital.

5.7.1.5. instrumento de procuração, contendo os elementos do item 3.3, em caso de participação em grupo, conforme o modelo constante do Anexo VI.2 deste Edital;

5.7.1.6. termo de ciência das condições físicas e jurídicas do imóvel, conforme o modelo constante do Anexo VII deste Edital.

5.7.2. efetuar o pagamento do sinal em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação;

*5.7.3. efetuar o pagamento da comissão ao Leiloeiro Oficial definida no item 2.7 deste Edital, seja a venda do imóvel procedida à vista ou parceladamente, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação (caso seja definida comissão a Leiloeiro Oficial no item 2.7).*

5.8. Na etapa de que trata o item 5.7, serão consultados os seguintes cadastros informativos oficiais, para verificação de eventual descumprimento das condições para contratação estabelecidas pela legislação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

5.8.1. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão acima será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.9. *Caso tenha sido definido no preâmbulo deste Edital a realização desta licitação sob a responsabilidade de Leiloeiro Oficial, este deverá realizar sua prestação de contas à Unidade Contratante conforme a disciplina do contrato de prestação de serviços especificado na mesma disposição deste instrumento convocatório.*

5.10. Exaurida a fase recursal, caso sejam atendidos os requisitos do item 5.7, e não se verifique descumprimento das condições para a contratação (item 5.8), o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), assim que:

5.10.1. efetivado o pagamento a vista do saldo remanescente no prazo do item 2.3.1 deste Edital, caso o licitante vencedor tenha escolhido a opção de pagamento a vista sem alienação fiduciária da propriedade;

5.10.2. atendidos os requisitos do item 5.7, e efetuada a verificação do item 5.8, caso o licitante vencedor tenha escolhido a opção de pagamento a vista mediante alienação fiduciária da propriedade ou de pagamento parcelado.

## 6. FORMALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

6.1. Optando o licitante vencedor pelo pagamento à vista, a alienação do imóvel objeto desta licitação será formalizada mediante a lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra, nos termos da minuta que integra o presente Edital como Anexo IV, em até 60 (sessenta) dias corridos contados da data do pagamento integral do preço, salvo motivo de força maior, e ressalvada a hipótese de pagamento a vista mediante alienação fiduciária, prevista nos itens 2.3.1.1 a 2.3.1.4 deste Edital.

6.2. Caso o licitante vencedor tenha optado pelo pagamento parcelado, nos termos do item 2.3 deste Edital, a alienação do imóvel objeto desta licitação será formalizada mediante a lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca, nos termos do modelo constante do Anexo V.

6.2.1. O documento deve ser firmado no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data prevista para pagamento do sinal, sem prejuízo do pagamento das parcelas mensais.

6.2.2. A não formalização da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca no prazo fixado no item 6.2.1 implicará em desistência da aquisição, com perda do valor pago a título de sinal em favor da Unidade Contratante, salvo motivo justificado a ser analisado pelo vendedor.

6.2.2.1. Na hipótese de retenção do sinal a que alude o item 6.2.2, o remanescente do montante pago pelo arrematante será restituído ao interessado descontando-se o sinal e sem incidência de juros ou de correção monetária, na forma indicada pela Unidade Contratante.

6.2.2.2. A restituição do remanescente fica condicionada à devolução do imóvel, pelo arrematante ou por terceiro por este autorizado a estar na posse do imóvel, nas mesmas condições em que foi licitado.

6.3. Os instrumentos referidos nos itens 6.1 e 6.2 serão firmados com o licitante cujo nome constar da proposta vencedora, não sendo admitida, em hipótese alguma, sua substituição. Se a proposta vencedora for apresentada por participantes em grupo, nos termos do item 3.3, figurarão no instrumento todos os proponentes como arrematantes em condomínio e na proporção que houver sido definida, ou, em caso contrário, em partes ideais iguais, como previsto no item 3.3.1.

6.4. O Cartório responsável pela lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca, conforme o caso, será escolhido pelo adjudicatário. Lavrada a escritura, o arrematante deverá fornecer à Unidade Contratante uma cópia atualizada da matrícula do imóvel, comprovando o registro da escritura e, por conseguinte, a transferência da propriedade do imóvel para o seu nome.

6.5. Cabe ao adjudicatário arcar com todas as despesas (tributos em geral, inclusive ITBI; foros; laudêmos; taxas, custas; emolumentos etc.) e apresentar toda a documentação necessária (alvarás; certidões; escrituras, inclusive retiratificações; registros, averbações, desmembramentos etc.), inclusive a referente ao vendedor, à transferência do imóvel objeto deste certame licitatório.

6.6. O desfazimento ou a não celebração do negócio jurídico de venda e compra diante da inadimplência do arrematante ou do descumprimento de quaisquer outras obrigações autoriza a Unidade Contratante a adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à retomada do bem.

6.7. Sem prejuízo das sanções e penalidades cabíveis, caso o licitante vencedor atrase o pagamento integral do sinal por período superior a 10 (dez) dias corridos será considerado inadimplente, podendo a Unidade Contratante convocar o segundo colocado para, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação, declarar se aceita pagar, nas mesmas condições, o preço oferecido pelo primeiro colocado. Na recusa do segundo, poderá ser convocado o terceiro e assim, sucessivamente, até o último. Se nenhum deles se interessar, a Unidade Contratante, observando o valor estimado, poderá efetuar nova convocação dos licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do primeiro colocado, e adjudicar o objeto nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. Frustrada a negociação, a licitação será considerada fracassada.

6.8. A posse do imóvel alienado só será transmitida ao arrematante mediante a lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca, conforme o caso.

6.8.1. O teor da escritura pública lavrada será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do § 1º do art. 27 do [Decreto nº 68.422, de 2024](#).



## 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A integralização do sinal com atraso de até 10 (dez) dias corridos em relação ao vencimento inicial dará ensejo à aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do sinal.

7.2. O inadimplemento do arrematante de que trata o item 6.7 o sujeitará à perda do sinal e ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do sinal, ficando a Unidade Contratante autorizada a reter ou cobrar os respectivos valores. *O arrematante perderá, igualmente, o pagamento realizado ao Leiloeiro Oficial a título de comissão.*

7.3. No caso de pagamento parcelado, o atraso no pagamento das respectivas parcelas sujeitará o adquirente à incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e também à multa moratória correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor não adimplido, a serem pagos incorporados ao montante da parcela.

7.3.1. Se a mora ultrapassar 90 (noventa) dias corridos, considerar-se-á caracterizada a inadimplência do adquirente e imediatamente exigível, pela via judicial competente, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante total devido, independente de interpelação, perdendo o devedor hipotecário 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. Adicionalmente, haverá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, mais correção monetária a ser calculada mensalmente pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua eventual extinção, por outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado.

7.4. Aplicadas as sanções previstas nos itens 7.1 e 7.2, a Unidade Contratante fica autorizada a utilizar o sinal para o seu pagamento, bem como dos demais encargos, independentemente de qualquer outra formalidade. A diferença, se houver, será cobrada administrativa ou judicialmente.

7.5. No caso de participantes em grupo (item 3.3), todos os proponentes responderão solidariamente pelas sanções pecuniárias previstas neste Edital.

7.6. Sem prejuízo das multas acima especificadas, a pessoa física ou jurídica que praticar os atos previstos no artigo 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

7.6.1. advertência;

7.6.2. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

7.6.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.7. A Unidade Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## 8. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, nos termos do art. 164 do mesmo diploma legal.

8.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio:* [contatocpe@sp.gov.br](mailto:contatocpe@sp.gov.br)

8.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

8.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no endereço eletrônico na Internet Diário Oficial através do site [https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaologado\\_3\\_0.aspx](https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaologado_3_0.aspx)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

8.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

8.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

8.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a Administração poderá:

- a) republicar o presente Edital com uma nova data;
- b) fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

9.1.1. A republicação de que trata a alínea "a" da subdivisão acima também poderá ocorrer quando o procedimento restar deserto.

9.2. Todas as referências de tempo no Edital e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.3. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.4. Os casos omissos serão solucionados pela Unidade Contratante.

9.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.7. O licitante não poderá alegar desconhecimento das condições da alienação, das características e estado geral do imóvel, sua situação jurídica ou de eventual ausência de registros ou averbações junto aos Cartórios de Registro Imobiliário competentes, inclusive de benfeitorias, sendo de sua responsabilidade a regularização da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, INSS e demais órgãos públicos, bem como o pagamento de eventuais tributos e débitos fiscais incidentes sobre o imóvel após a data do pagamento do sinal e/ou ônus que sobre ele incidam, inclusive de títulos e respectivas despesas. Eventuais diferenças de medidas, áreas e confrontações encontradas nos imóveis serão resolvidas pelo arrematante, sem ônus para a Unidade Contratante, pois as referências feitas às dimensões do imóvel são meramente enunciativas e constam dos respectivos títulos aquisitivos.

9.8. A Unidade Contratante poderá excluir qualquer imóvel do leilão, a seu único e exclusivo critério, até o momento de abertura da sessão pública.

9.9. Aplica-se ao imóvel objeto desta licitação as disposições do art. 150, inciso VI, alínea "a", da [Constituição Federal](#), que estabelece imunidade tributária entre os entes políticos. Os licitantes estão cientes de que, com a

transferência da posse ou do domínio, a depender da natureza do tributo, cessará a imunidade tributária a que se refere esta disposição.

9.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

9.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

9.11.1. Anexo I - Descrição e caracterização dos imóveis, avaliações e condições de pagamento;

9.11.2. Anexo II - Comprovação de propriedade;

9.11.3. Anexo III - Modelos de declarações;

9.11.3.1. Anexo III.1 - Declaração de opção para pagamento à vista (sem alienação fiduciária ou mediante alienação fiduciária);

9.11.3.2. Anexo III.2 - Declaração de opção para pagamento parcelado;

9.11.4. Anexo IV - Minuta de Escritura Pública de Venda e Compra à Vista;

9.11.5. Anexo V - Minuta de Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjetivo de Hipoteca;

9.11.6. Anexo VI - Modelos de procuração;

9.11.6.1. Anexo VI.1 - Minuta de instrumento de procuração;

9.11.6.2. Anexo VI.2 - Minuta de instrumento de procuração para participação em grupo;

9.11.7. Anexo VII - Termo de ciência das condições físicas e jurídicas do imóvel.

*São Paulo, na data da assinatura*

**TARCILA PERES SANTOS**

**CHEFE DE GABINETE**

## **ANEXO I**

### **DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS, AVALIAÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**ITEM 01 – PROCESSO nº 018.00001041/2023-65 – SGI 44.119**

#### **a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO**

Imóvel urbano, localizado na Estrada Vicinal TPA-020 Luiz de Pieri, s/nº, Distrito de Oasis, Tupi Paulista/SP

Ressalta-se que conforme esclarecido no Item 2.3 do Laudo Técnico emitido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, o endereço constante da Matrícula registrada sob o número 20.789 difere da situação real do imóvel objeto desta avaliação. Consta como Avenida D. Pedro I, mas o imóvel está situado, conforme exposto acima.

Ademais, a Lei Complementar Nº 202, de 20 de março de 2018 é que disciplina o uso; ocupação e parcelamento do solo no Distrito de Oásis, no município de Tupi Paulista/SP

Área de terreno de 6.400,00m², Frente Principal/Secundária: 80,00m

Padrão Construtivo: Galpão e Cobertura com 670,00m² de área construída, 1 pavimento.

Vocação de Uso: Comercial

No tocante a área construída, informada como 1.330,00 m<sup>2</sup> na ficha SGI 44.119, após revisão e conforme Laudo Técnico apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, havia uma construção de quadra esportiva em piso de concreto, com área de 660,00 m<sup>2</sup>, que não se encontra mais no local. ( Planta no Anexo II do Laudo Técnico), tendo por fim, o total de 670,00m<sup>2</sup> de área construída.

#### **b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL**

Matrícula nº 20.789 do CRI de Tupi Paulista/SP - Atualização do documento em 04/11/2024

#### **c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL**

Referido imóvel foi adquirido pela Fazenda do Estado de São Paulo por meio de compra e venda no ano de 1962, funcionando no local a escola Estadual rural do distrito de Oásis. Posteriormente, foi desocupado, sendo no ano de 2012, oferecido às secretarias de estado e suas entidades, porém sem manifestação de interesse.

No ano de 2013, foi oferecido ao Município de Tupi Paulista que demonstrou interesse na sua utilização através de permissão de uso, posteriormente, porém, foi verificado que o imóvel não estava tendo a destinação prevista no termo de permissão de uso celebrado, uma vez que era utilizado por terceiros e não pela municipalidade, configurando-se forma irregular de ocupação de bem público, sendo notificado pela Procuradoria Regional de Presidente Prudente para correção da irregularidade.

No imóvel, há edificado um conjunto de benfeitorias, em estado precário de conservação, ressalta-se que há trincas e rachaduras por todo o imóvel, a área construída tem finalidade de utilização para atividade escolar; se trata de estado precário, admissível de reformas e adequações para a plena utilização.

Ainda conforme o estado de conservação, conforme Laudo Técnico apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, o estado de conservação do imóvel, encontra-se na categoria H de avaliação do IBAPE, conforme abaixo:

*H = Necessitando de reparos importantes a edificação sem valor - Edificação cujo estado geral seja recuperado com estabilização e/ou recuperação do sistema estrutural, substituição da regularização da alvenaria, reparos de fissuras e trincas. Substituição das instalações hidráulicas e elétricas. Substituição dos revestimentos de pisos e paredes. Substituição da impermeabilização ou do telhado.*

*Fonte: IBAPE-SP - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo.*

O imóvel é dotado de poço tubular profundo que abastece de água alguns vizinhos, também é dotado de energia elétrica de baixa tensão, que é utilizada para o acionamento da bomba d'água do poço tubular.

Em acordo informal entre o Município de Tupi Paulista e o agricultor vizinho do imóvel, senhor José Calor de Oliveira, parte das dependências do imóvel é utilizado na guarda de pequenos implementos agrícolas da produção rural do referido agricultor, que em contrapartida, mantém o local com o corte da vegetação excedente, portanto, o imóvel está ocupado irregularmente.

Destarte, o bem não possui débitos tributários no IPTU – Inscrição nº 00444700, com atualização de outubro/2024.

#### **d) SITUAÇÃO JURÍDICA**

Não há ações judiciais em curso relacionadas ao imóvel objeto de alienação, ele será vendido “ad corpus”, no

estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes.

**e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO**

(consoante laudo de avaliação juntado ao Processo **018.00001041/2023-65**)

R\$ 431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais)

**f) VALOR DO SINAL**

20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora.

**g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS**

60 (sessenta) parcelas mensais

**ITEM 02 – PROCESSO nº 018.00007609/2024-32 – SGI 56.243**

**a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO**

Imóvel urbano, localizado na Rua dos Expedicionários, s/nº, Jardim Matilde, Ourinhos/SP

Área de terreno de 240,23 m<sup>2</sup>, Frente Principal/Secundaria de 17,99m

Padrão Construtivo: sem construção

Topografia: Plano

**b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL**

Matrícula nº 22.155 do CRI de Ourinhos/SP - Atualização do documento em 04/11/2024

**c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL**

Imóvel fora incorporado patrimônio da Fazenda do Estado de São Paulo, através de ação de execução fiscal, após carta de adjudicação devidamente lavrada, portanto, não há que se falar em direito de preferência.

Trata-se de terreno urbano, plano, seco e sem vegetação, de configuração regular, possui taludes das divisas de fundo e lateral direita, tendo em vista o desnível dos imóveis vizinhos.

No terreno há um muro pintado em amarelo que é sequência da pintura do vizinho, que se trata de locador de equipamentos de construção.

Conforme Laudo Técnico apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, não há construções no terreno avaliando, por esta razão, não foi possível especificar um estado de conservação devido a inexistência de algo construído, entretanto, foram localizados alguns carros estacionados que provavelmente são do referido locador de equipamentos de construção, logo ocupado de forma irregular.

Ressalta-se que o bem, não possui débitos tributários no IPTU – Inscrição nº 7-09-11-03-0022-0347-000, conforme atualização de outubro/2024.

#### **d) SITUAÇÃO JURÍDICA**

Não há ações judiciais em curso relacionadas ao imóvel objeto de alienação, ele será vendido "ad corpus", no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes.

#### **e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO**

(consoante laudo de avaliação juntado ao Processo **018.00007609/2024-32**)

R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais)

#### **f) VALOR DO SINAL**

20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora.

#### **g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS**

60 (sessenta) parcelas mensais

### **ITEM 03 – PROCESSO nº 018.00000427/2024-31– SGI 24.314**

#### **a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO**

Imóvel urbano, localizado na Avenida Rodrigues Alves, nº 7-48, Centro, Bauru / São Paulo

Área de terreno de 968,00 m<sup>2</sup>, Frente Principal/Secundaria: 22,00m

Padrão Construtivo: Loja, com Área construída de 1.065,95,00 m<sup>2</sup>, 3 Pavimentos

Vocação de Uso: Comercial

Topografia: Plano

No tocante a metragem do imóvel, conforme exposto em Laudo Técnico, é possível dividir o terreno em dois tipos: Ed. Pioneiro que possui área construída e terreno anexo ao imóvel que não faz parte do Ed. Pioneiro, conforme recorte abaixo, feito do item 2.3 Especificação do Terreno do Laudo Técnico:

- Ed. Pioneiro (A)  
Frente: 22,00 m (AV. Rodrigues Alves)  
Profundidade: 27,55 m  
**Área total: 606,10m<sup>2</sup>**  
**Fração correspondente ao imóvel 0,3373**  
**Metragem Quadrada 2,0443 m<sup>2</sup>**
  
- Terreno de propriedade exclusiva do imóvel (B)  
Frente: 22,00 m (fazendo fundos ao Ed. Pioneiro)  
Profundidade 1: 16,45 m  
Profundidade 2: 15,95 m  
**Área Total 356,40**

#### **b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL**

Transcrição nº 26.465 do 01º CRI de Bauru/SP - Atualização do documento em 21/10/2024,

#### **c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL**



Imóvel fora incorporado patrimônio da Fazenda do Estado de São Paulo por meio de desapropriação, a partir do Decreto nº 44.514, de 12/02/1965, que o declarou de utilidade pública, para fins de instalação da Delegacia Regional da Fazenda.

Cumprir informar, que no âmbito do Decreto nº 10.740 de 21 de setembro de 1977, foi transferida a administração do imóvel da Secretaria da Fazenda para a da Justiça destinando as instalações da Procuradoria Regional de Bauru.

Posteriormente, através do Decreto 60.084, de 21 de janeiro de 2014, foi autorizada a permissão de uso a título precário de gratuito por prazo indeterminado em favor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, a qual realizou benfeitorias no imóvel e devolveu a chave do imóvel ao Estado em 21/08/2023.

Atualmente, o imóvel se encontra desocupado, protegido por grades de proteção para inibir vandalismo e moradores em situação de rua no local.

O imóvel, trata-se da única loja existente no Ed. Pioneiro em Bauru, possuindo acesso separado ao prédio comercial, constituído por um andar térreo, um mezanino e um subsolo, o imóvel, objeto de estudo, possui uma área total de 1.065,95 m<sup>2</sup> contendo no andar térreo pé direito duplo, com fechamento em vidro confrontante a Av. Rodrigues Alves; as laterais e fundos possuem fechamentos em alvenaria; suas divisões internas são somente banheiros e copa, o imóvel possui um grande vão livre por todos os andares, no entanto, não há nenhum elevador instalado no imóvel (loja), sendo todo acesso feito por escada localizada na parte dos fundos da edificação.

Sobre a referida loja, se encontra localizado o Edifício Pioneiro, um imóvel comercial sob o regime de condomínio onde existe 12 andares, feito em alvenaria, com revestimento de mármore em sua entrada e no imóvel avaliado, com fechamentos em alvenaria e vidro, possui cobertura de telhas apoiadas sobre estrutura de madeira, e contendo os seus andares subdivididos por várias salas comerciais, estando em regular estado de conservação e necessitando de reparos simples, como pintura e consertos de fissuras na parte interna e externa.

No tocante ao Estado de conservação, conforme exposto no Laudo Técnico apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU encontra-se ruim e caracterizado como “D” de avaliação do IBAPE, conforme abaixo:

*D = Entre regular e necessitando de reparos simples - Edificação seminova ou com reforma geral e substancial entre 2 e 5 anos, cujo estado geral possa ser recuperado com reparo de fissuras e trincas localizadas e superficiais e pintura interna e externa.*

**Fonte: IBAPE-SP - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo.**

Ressalta-se que o bem, não possui débitos tributários no IPTU – Inscrição nº 10053026, conforme atualização de outubro/2024.

#### **d) SITUAÇÃO JURÍDICA**

Não há ações judiciais em curso relacionadas ao imóvel objeto de alienação, ele será vendido “ad corpus”, no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes.

#### **e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO**

(consoante laudo de avaliação juntado ao Processo 018.00000427/2024-31)

R\$ 6.843.000,00 (seis milhões, oitocentos e quarenta e três mil reais)

**f) VALOR DO SINAL**

20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora.

**g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS**

60 (sessenta) parcelas mensais

**ANEXO II**

**COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE**

**ITEM 01 – PROCESSO nº 018.00001041/2023-65 – SGI 44.119**, Imóvel urbano, localizado na Estrada Vicinal TPA-020, s/nº, Distrito de Oasis, Tupi Paulista/SP

MATRÍCULA  
20.789

FICHA  
01

Tupi Paulista, 25 de JUNHO de 2.013

**IMÓVEL:** Um prédio para estabelecimento de ensino, com um só pavimento, que a seguir vai descrito e caracterizado, situado à Avenida D. PEDRO I, esquina das Ruas Rui Barbosa, Prudente de Moraes e Deodoro da Silva, nesta Comarca de **TUPI PAULISTA** e respectivo terreno com as características e confrontações seguintes: "Compreende um prédio térreo, com 6 (seis) salas de aulas, salas de diretor, professores, dentista, portaria, hall, pequeno galpão interno, cozinha, despensa, sanitários privativos para professores e professoras, sanitários para meninos e meninas e galpão externo anexo e seu respectivo terreno, que encerra a área de **6.400,00 M2 (SEIS MIL E QUATROCENTOS METROS QUADRADOS)**, situado no "**DISTRITO DE OÁSIS**", medindo oitenta (80) metros de testada para a **AVENIDA D. PEDRO I**, oitenta (80) metros para a Rua Rui Barbosa, distante oitenta (80) metros da para Rua Prudente de Moraes e oitenta (80) metros para a Rua Deodoro da Silva, tudo de acordo com o que consta do Processo -IP 14.531/57-.....-3-

**PROPRIETÁRIA:** **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ/MF. nº46.379.400/0001-50, neste ato representado pelo seu advogado Sr. Lupércio Marques de Assis, brasileiro.....

**REGISTRO ANTERIOR:** TRANSCRIÇÃO Nº3.313 DO LIVRO 3B desta Serventia, em 12/Maio/1.965.....

*Silvia Ramalho*  
-SILVIA CRISTINA PERES RAMALHO POMPILIO-  
=OFICIAL DESIGNADA=

PARA SIMPLES CONSULTA  
NÃO VALE COMO ORIGINAL

Operador Nacional  
do Sistema de Registro  
Eletrônico de Imóveis

ITEM 02 – PROCESSO nº 018.00007609/2024-32 – SGI 56.243, Imóvel urbano, localizado na Rua dos Expedicionários, s/nº, Jardim Matilde, Ourinhos/SP

DISTRITO OURINHOS MUNICÍPIO OURINHOS URBANO (X) RURAL ( ) INCIA \_\_\_\_\_  
COMARCA DE OURINHOS - ESTADO DE SÃO PAULO L.2-Q.2(240,23m2) LOCALIZAÇÃO MATILDE la.sec - r. Expedicionário

**IMÓVEL** = Um terreno situado nesta cidade de Ourinhos, constituído do lote dois (2) da quadra 2ª do loteamento JARDIM NA TILDE - 1a. seção, com frente para a rua Expedicionária, com uma área de 240,23 metros quadrados, dentro das seguintes divisões, metragens e confrontações:- "ten início no "1" situado a 26,48 metros do cruzamento da rua Expedicionária com a rua Pead Jorge Weder; deste ponto segue com o rumo magnético de 78° 52' 12" SE confrontando com Ivoel José Pedrosa numa distância de 16,18 metros até o ponto 2; deste ponto deflete à direita e segue com o rumo magnético de 30° 43' 46" SW confrontando com Hiseo Sawamoto, numa distância de 6,18 metros até o ponto 2-A; deste ponto deflete à direita e segue com o rumo magnético de 25° 42' 36" SW confrontando com Akira Itikawa numa distância de 13,15 metros até o ponto "3"; deste ponto deflete à direita e segue com o rumo magnético de 75° 48' 27" SW confrontando com a Prefeitura Municipal de Ourinhos, numa distância de 10,45 metros até o ponto "4"; deste ponto deflete à direita e segue pelo alinhamento da rua Expedicionária com rumo magnético de 09° 59' 17" NE numa distância de 17,99 metros até o ponto inicial "1", porizante esse alinhamento a área de 240,23 metros quadrados.-

**PROPRIETARIA** = IMOBILIARIA RODRIGUES MARTINS, SOCIEDADE CIVIL, firma com sede nesta cidade de Ourinhos, na rua Antonio Carlos Mori nº 387 e inscrita no C.C.O. do MP sob nº 44 538 817/0001, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob nº 356 490 em 18/7/67 e Registro de Títulos e Documentos nº 142, fls. 47/48 do livro nº 25/10/87.-  
Registro anterior:- Transcrição nº 14 109 deste R.T. - O Escrevente Autorizado:- \_\_\_\_\_

**Av.1/M 22155** - Em 1º de setembro de 1.986.- Proceda-se a presente averbação "ex-officio", para consignar que o terreno constante da presente matrícula, foi compreendido vendê a ALVARO DORIGUELLI, brasileiro, casado, motorista, residente nesta cidade, consoante av. 410, fls. 169, do livro 8-A, cujos direitos de compra e venda foram adjudicados à Fazenda do Estado de São Paulo, consoante consta da Av. 824, fls. 04, do livro 8-C deste R.T. - Ourinhos, 1º de setembro de 1986. Dou fê.- Ourinhos, 1º de setembro de 1.986.- O Escrevente Autorizado:- \_\_\_\_\_

**R2/M 22155** - Em 1º de setembro de 1.986.- Por escritura pública de venda e compra de 18 de maio de 1.982, do 1º Cartório de Notas, lvº 12, fls. 266/7 e escritura pública de re-ratificação de 19 de dezembro de 1.985, lvº 147, fls. 171/3, ambas do 1º Cartório de Notas, desta cidade, a IMOBILIARIA RODRIGUES MARTINS, SOCIEDADE CIVIL, já qualificada, outorgou escritura à FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, representada por seu procurador Dr. Paulo Roberto Viviani Valente, brasileiro, casado, portador do RG 7 367-321-SSP-SP e do CPF sob nº 924 415 488/91, em exercício da Procuradoria Regional de Marília seccional de Ourinhos da Procuradoria Geral do Estado, pelo preço de Cr\$ 2,84 (dois cruzados e oitenta e quatro centavos), do imóvel constante da presente matrícula, em solução ao compromisso de compra e venda anteriormente existente, constante da Av. 824 fls. 04 do livro 8-C, o qual fica sem mais efeito algum.- Ficou arquivado no Cartório que livrou o título a C.E.S nº 117 168, série B, expedida pelo IAPAS local.- O Escrevente Autorizado:- \_\_\_\_\_

**EMOLUMENTOS E SELOS**:- NENHUM.-

**Av.3/ 22.155** - Em 30 de abril de 2013. Pelo art. 2º do Prov. 10/2013 de 27/03/2013 da Eg. CGI, foi autorizada esta averbação para constar que a proprietária do imóvel objeto desta matrícula, FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, está inscrita no CNPJ/MF nº 46.379.400/0001-50. A Escrevente: \_\_\_\_\_ (Ana Cristina Clápsis Castilho) A Oficial: \_\_\_\_\_ (Marisa Barbanti Tair Barbosa).

ITEM 03 – PROCESSO nº 018.000427/2024-31 – SGI 24.314, Imóvel urbano, localizado na Avenida Rodrigues Alves, nº 7-48, Centro, Bauru / São Paulo.





Valide aqui  
este documento

## CERTIDÃO

1º OFICIAL DE REGISTRO DE  
IMÓVEIS E ANEXOS DE BAURU  
JOSÉ ALEXANDRE DIAS CANHEO  
OFICIAL  
Rua Júlio de Mesquita Filho, 10-31  
Fone 3104-1818 - BAURU - SP

Valide este documento clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/DN8D4-TZWGV-57BMR-Z7MKD>

O Bel. *JOSÉ ALEXANDRE DIAS CANHEO*, Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Bauru, certifica que revendo os livros de registro de imóveis desta Serventia, dos mesmos verificou que por escritura de desapropriação amigável de 18 de fevereiro de 1965, lavrada nas notas do 3º Tabelião Interino de São Paulo, Roberto Francisco Teixeira da Silva, devidamente registrada em data de 5 de maio de 1965, às folhas 124, do Livro de Transcrição das Transmissões nº 3-S, sob nº de ordem 26.465, **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, adquiriu pelo preço de Cr\$ 180.000.000, do **BANCO LAR BRASILEIRO S/A**, anteriormente denominado Banco Hipotecário Lar Brasileiro S/A, com sede no Rio de Janeiro e agência nesta cidade, dois imóveis, situados neste município e comarca de Bauru, neste estado, a avenida Rodrigues Alves nº 7-48, compreendendo: a) área de construção de 1.065,95 m², que se compõem de loja, sobreloja (mezanino) e subsolo, assim como a parte ideal correspondente a esta unidade autônoma, equivalente a 337.600/1.000.000, do Edifício Pioneiro, e do terreno respectivo, este terreno no seu todo, com a área aproximada de 606,10 m², medindo 22,00 metros de frente para a avenida Rodrigues Alves, por 27,55 metros, da frente aos fundos, confrontando de um lado com Joaquim Felipe de Melo ou sucessores e de outro com o Dr. Odilon Pinto do Amaral ou sucessores, e pelos fundos com propriedade exclusiva do ora outorgante expropriado, onde mede 22,00 metros; tudo de acordo com os dados e especificações constantes do processo nº 7751/59, que orientou a construção do referido edifício Pioneiro; b) um terreno situado nos fundos do imóvel descrito na letra "a", com a área de 356,40 m², medindo 22,00 metros do lado em que confronta com o terreno e o Edifício Pioneiro, 16,45 metros do lado em que confronta com o Dr. Odilon Pinto do Amaral ou sucessores, 22,00 metros nos fundos, onde confronta com quem de direito e 15,95 metros, no lado onde confronta com Joaquim Felipe de Melo. Os bens relacionados na letra "a", fazem parte do Edifício Pioneiro, do qual o outorgante expropriado é condômino, e o relacionado na letra "b", constituído de terreno sem benfeitorias e de sua exclusiva propriedade, sendo o terreno com a área primitiva de 968,00 m², havido conforme transcrição nº 16.252, deste cartório. Além dos bens acima relacionados, a desapropriação amigável compreende as instalações e bens móveis discriminados no laudo de avaliação junto ao processo nº DRF. 112407/64, da Secretaria da Fazenda, folhas 33/40, que esta devidamente assinado pelas partes contratantes. Certifica mais, que na coluna "**CONDIÇÕES DO CONTRATO**", consta o seguinte: Consta mais da escritura, que os imóveis descritos, na coluna respectiva, sob letras "a" e "b", foram declarados de utilidade pública pelo Decreto nº 44.458, de 29 de janeiro de 1965, retificado pelo nº 44.489, de 4 de fevereiro e por sua vez retificado pelo nº 44.514, de 12 de fevereiro do mesmo ano, a fim de ali, ser instalado a Delegacia Regional da Fazenda. Certifica mais, que na coluna "**AVERBAÇÕES**", consta o seguinte: 1) Procede-se à presente, nos termos do Provimento CGJ 10/2013, para ficar consignado que a Fazenda do Estado de São Paulo, acha-se inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.379.400/0001-50. Bauru, 25 de abril de 2013. O escrevente habilitado, (a) Levi Oliveira Barboza. Certifica mais, que o imóvel descrito não foi alienado no todo ou em parte, nem gravado de ônus reais de qualquer espécie. O referido é verdade e dou fê. Isento de custas, emolumentos e contribuições à carteira de

ONR

Documento assinado digitalmente  
[www.registradores.onr.org.br](http://www.registradores.onr.org.br)

saec

Serviço de Atendimento  
Eletrônico Compartilhado



Valide aqui este documento

idência das serventias não oficializadas. Selo Digital - para verificar a autenticidade do documento, acesse o site da Corregedoria Geral da Justiça: <https://selodigital.tjsp.jus.br>. Bauru, 21 de outubro de 2024 às 13:21:46 horas. Pedido de Certidão nº 364.769 de 21/10/2024, referente ao Protocolo 2410013906 (ARISP). Certidão assinada eletronicamente pelo Oficial.

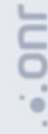
Valide este documento clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/DN8D4-TZWGV-57BMR-Z7MKD>

Prazo de validade, para fins notariais e registrais, de trinta (30) dias (Decreto 93.240/1986, art. 1º, IV).

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE BAURU  
JOSÉ ALEXANDRE DIAS CANHEO  
OFICIAL  
Rua Julio de Mesquita Filho, 10-31  
Fone 3104-1818 - BAURU - SP



1115343E3000000657941245



Documento assinado digitalmente  
[www.registradores.onr.org.br](http://www.registradores.onr.org.br)

saec  
Serviço de Atendimento  
Eletrônico Compartilhado

### ANEXO III

### MODELOS DE DECLARAÇÕES

#### ANEXO III.1

### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PARA PAGAMENTO À VISTA (SEM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA OU MEDIANTE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA)

LEILÃO N ° 0010/2024

PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35



À Unidade Contratante,

Venho (Vimos), pela presente, **OPTAR** pelo pagamento à vista, [sem alienação fiduciária **OU** mediante alienação fiduciária], da oferta vencedora de compra do imóvel do item nº XX, conforme o Edital em epígrafe, consubstanciado no seguinte:

**Valor total da oferta vencedora: R\$.....(.....)**

**Sinal: R\$.....(.....)**

Qualificação:

NOME:

RG: CPF/CNPJ:

ENDEREÇO: CIDADE: ESTADO:

CEP:

TELEFONES (residencial e/ou comercial): CELULARES:

E-MAIL:

PROFISSÃO: ESTADO CIVIL:

\_\_\_\_\_  
(assinatura do proponente)

(Observação: Caso se trate de participação em grupo, o licitante deverá qualificar todos os coproponentes, destacando o endereço de seu procurador (onde serão enviadas eventuais notificações), mencionando também a proporção do imóvel a que cada um dos coproponentes terá direito na compra.)

### ANEXO III.2

#### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PARA PAGAMENTO PARCELADO

**LEILÃO N ° 0010/2024**

**PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35**

À Unidade Contratante,

Venho (Vimos), pelo presente, **OPTAR** pelo pagamento parcelado da oferta vencedora de compra do imóvel do item nº XX, conforme item 2.3 do Edital em epígrafe, consubstanciado no seguinte:

**Valor total da oferta vencedora: R\$.....(.....)**

Sinal: R\$.....(.....)

Saldo remanescente: R\$.....(.....)

§ Sinal: 20% (vinte por cento) sobre o valor da oferta vencedora, correspondente a R\$..... (..... reais), que deverá ser depositado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação na etapa de que trata o item 5.7.2, conforme item 2.2.1, ambos do Edital.

§ Saldo remanescente de 80% (oitenta por cento) do valor da oferta vencedora, correspondente a R\$.....(..... reais), em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, contadas a partir da data prevista para pagamento do sinal, todas acrescidas de juros de 06% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, e correção monetária anual incidente sobre o saldo devedor, considerando a variação acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de reajuste, calculada com base na variação do IPC-FIPE, ou na sua eventual extinção, outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado, nos termos do item 2.3.2.1 do Edital.

Qualificação:

NOME:

RG: CPF/CNPJ:

ENDEREÇO: CIDADE: ESTADO:

CEP:

TELEFONES (residencial e/ou comercial): CELULARES:

E-MAILS:

PROFISSÃO: ESTADO CIVIL:

\_\_\_\_\_  
(assinatura do proponente)

(Observação: Caso se trate de participação em grupo, o licitante deverá qualificar todos os coproponentes, destacando o endereço de seu procurador (onde serão enviadas eventuais notificações), mencionando também a proporção do imóvel a que cada um dos coproponentes terá direito na compra.)

#### ANEXO IV

### MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA À VISTA

**LEILÃO N ° 0010/2024**

**PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35**

SAIBAM quantos esta escritura pública de venda e compra virem, que aos. ...dias do mês de .....de ....., nesta cidade e Comarca de ....., Estado de São Paulo, perante mim, Tabelião do .... Serviço de Notas compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, de ora em diante designado **OUTORGANTE- VENDEDORA**, a Fazenda do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., representada pelo Procurador do Estado Dr. ....(qualificação), Cédula de Identidade R.G. nº .....e CPF nº ..... com exercício na Procuradoria ..... da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua ....., na cidade de ....., estando investido do

poder de representação na conformidade da Lei Complementar n.º 1.270, de 25 de agosto de 2015, artigo 3º, I c/c a Constituição do Estado de São Paulo, artigo 99, I., e autorizado pela Resolução PGE – 09, de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 17 de março de 2018; e, de outro lado de ora em diante designado **OUTORGADO-COMPRADOR** ..... Os presentes reconhecidos como os próprios entre si e por mim identificados pelos documentos referidos, do que dou fé. E, perante mim, Tabelião, pelas partes me foi dito o seguinte: I – Que a Outorgante-Vendedora é legítima senhora e possuidora, de um imóvel ..... Referido imóvel foi adquirido através..... II - Tendo apresentado o **OUTORGADO-COMPRADOR** proposta vencedora no **LEILÃO PÚBLICO SGGD/GS-C.P.E. nº 0010/2024, Processo SGGD nº 018.00027514/2024-35**, realizado na Secretaria de Gestão e Governo Digital, a Outorgante-Vendedora vende ao **OUTORGADO-COMPRADOR** o imóvel aqui referido e descrito, pelo preço certo de R\$...... (.....), correspondente ao valor da proposta vencedora no Leilão retro referido, que é pago da seguinte forma: a) R\$...... (.....) a título de sinal e princípio de pagamento, já recebido pela **OUTORGANTE-VEDEDORA** na data de ..../..../.....; b) R\$......(.....), correspondente ao saldo remanescente já recebido em ..../..../....., dando a **OUTORGANTE-VEDEDORA** inteira e irrestrita quitação. III- Assim, a **OUTORGANTE-VEDEDORA**, por esta escritura, transmite ao **OUTORGADO-COMPRADOR** todo o domínio, posse, direito e titularidade de ações que tem e exerce sobre o imóvel, protestando fazê-la sempre boa, firme e valiosa. IV - Todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel, deverão ser pagos pelo **OUTORGADO-COMPRADOR**. V – Que nesta data o **OUTORGADO-COMPRADOR** recebe a posse do imóvel, e declara ter conhecimento de sua situação jurídica e estado material, inclusive quanto a eventuais ocupações, autorizadas ou não, nada tendo a reclamar, cabendo-lhe inclusive promover ou prosseguir, nas ações competentes, bem como providenciar, também às suas expensas, a regularização registrária eventualmente necessária, inclusive cancelamento de ônus e averbação de edificações e outras benfeitorias acaso ainda não averbadas. VI - A presente venda é efetuada “ad corpus”, nos termos do disposto no artigo 500, § 3º, do Código Civil Brasileiro. VII – Fica expressamente pactuado que a **OUTORGANTE-VEDEDORA** não responde pela evicção. VIII - Esta compra e venda está vinculada às disposições e obrigações, contidas no Edital de Leilão Público SGGD/GS-C.P.I. nº \_\_\_/20\_\_\_, da Secretaria de Gestão e Governo Digital, e na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, com as alterações nela introduzidas. IX – Pelas partes é também ajustado o seguinte: a) fica dispensada a apresentação de certidões a respeito de ações judiciais, prevista na Lei n.º 7.433/85 e Decreto n.º 93.240/86; b) cabe ao **OUTORGADO-COMPRADOR** o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, aos registros e averbações, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos, e quaisquer tributos; c) caberá ao **OUTORGADO-COMPRADOR** assumir todas as obrigações, encargos e ônus decorrentes das providências necessárias ao competente registro, inclusive efetuando as retificações eventualmente cabíveis, cabendo à Fazenda do Estado colaborar nos atos que dependerem da sua atuação; d) fica autorizado o Serviço de Registro de Imóveis competente a promover os registros e averbações cabíveis. e) Pelo **OUTORGADO-COMPRADOR** me foi dito que aceita a presente escritura em todos os seus termos, cláusulas e condições. E de como assim o disseram e outorgaram dou fé. Por me pedirem as partes lavrei a presente escritura, a qual, lida, estando conforme, aceitam e assinam.

#### ANEXO V

#### MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA

**LEILÃO N ° 0010/2024**

**PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35**

SAIBAM quantos esta pública escritura virem que no dia \_\_\_\_ (\_\_\_) do mês de .....do ano de dois mil e ..... (20....), nesta Cidade de \_\_\_\_\_-SP, neste cartório, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, as quais foram identificadas através dos documentos apresentados e adiante mencionados, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE VENDEDORA**, e em seguida **CREDORA HIPOTECÁRIA**, a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.379.400/0001-50, neste ato representada pelo Procurador do Estado,.....portador da cédula de identidade RG ....., inscrito no CPF/MF sob o nº.

....., em exercício na Procuradoria Geral do Estado, sediada nesta Capital na Rua Pamplona, 227, 5º andar, estando investido do poder de representação na conformidade da Lei Complementar Estadual nº. 1.270, de 25 de agosto de 2015, artigo 3º, I c/c a Constituição do Estado de São Paulo, artigo 99, I, e autorizado pela Resolução PGE – 09, de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 17 de março de 2018; e, de outro lado, como **OUTORGADO COMPRADOR**, e em seguida **DEVEDOR HIPOTECÁRIO**, ....., ....., Os presentes reconhecidos como os próprios entre si e por mim identificados pelos documentos referidos, do que dou fé. A seguir, pela **OUTORGANTE VENDEDORA**, como vem representada, me foi dito o seguinte: - I - é senhora e legítima possuidora do imóvel consistente de .....situado na Rua....., no....., do distrito, município e comarca....., com uma área de .....(.....), descrito e caracterizado na matrícula ..... do ..... Cartório de Registro de Imóveis de - II - o referido imóvel está cadastrado pela Prefeitura Municipal de , através do contribuinte....., com o valor venal de R\$.....para o corrente exercício e o valor de referência de R\$ ....., e, foi havido, por ela **OUTORGANTE VENDEDORA**, a título de.....de ....., nos termos da escritura lavrada em .....de ...de ..., no livro ....., fls. ...., que se encontra registrado na matrícula nº....., do .... Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo; - III – que o **OUTORGADO COMPRADOR**, apresentou proposta vencedora no **LEILÃO PÚBLICO SGGD/GS-C.P.E. nº 0010/2024, Processo SGGD nº 018.00027514/2024-35**, realizado na Secretaria de Gestão e Governo Digital, consistente no valor de R\$.....(.....), da seguinte forma: a) – R\$....., equivalente a \_\_\_% (\_\_\_ por cento) do preço, já recebido pela **OUTORGANTE VENDEDORA**, na data.....; b) –.....(.....) parcelas mensais e iguais, contadas a partir da data prevista para pagamento do sinal, todas acrescidas de juros de 06% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, e correção monetária anual incidente sobre o saldo devedor, calculada com base na variação do *IPC-FIPE*, tomando-se sempre por base a data prevista para pagamento do sinal. No caso de atraso no pagamento da parcela as compradoras ficarão sujeitas ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados “pro-rata-die”, e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Desta forma, a **OUTORGANTE VENDEDORA**, mediante o preço certo e ajustado de R\$.....(.....), superior/igual ao apurado em laudo de avaliação, no bojo do Processo SGGD \_\_\_\_\_, por conta do qual confessa e declara haver recebido do **OUTORGADO COMPRADOR** o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), na data de ....., através de depósito efetuado no Banco do Brasil S/A Agência nº 1897-X, conta corrente nº 20.996-1, em nome da Secretaria de Gestão e Governo Digital, CNPJ nº 39.467.292/0001-02, do que dá quitação, sendo os restantes R\$ ..... (.....) representados pela hipoteca adiante constituída, pela presente escritura e na melhor forma de direito, vende, como de fato vendido têm, às mesmas outorgadas compradoras.....o imóvel supra descrito, transferindo-lhes desta data em diante, toda posse, domínio, direitos e ação que viesse exercendo sobre o mesmo, obrigando-se por si, herdeiros ou sucessores, a fazer a presente sempre boa, firme e valiosa; IV - A presente venda é efetuada “ad corpus”, nos termos do disposto no artigo 500, § 3º, do Código Civil Brasileiro, e fica expressamente pactuado que a Outorgante-Vendedora não responde pela evicção. **PELO OUTORGADO COMPRADOR**, me foi dito que: a) aceitam a presente escritura em todos os seus expressos termos; b) fica dispensada a apresentação de certidões a respeito de ações judiciais, prevista na Lei nº 7433/85 e Decreto nº 93.240/86; c) recebe nesta data a posse do imóvel, e declara ter conhecimento de sua situação jurídica e estado material, inclusive quanto a eventuais ocupações, autorizadas ou não, nada tendo a reclamar, cabendo ao comprador promover ou prosseguir nas ações possessórias ou demais medidas judiciais competentes; providenciar, às suas expensas, as regularizações registraes eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "**CREDORA HIPOTECÁRIA**", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$..... (.....), que representa o saldo do preço do imóvel de início descrito, que se obriga a lhe pagar da seguinte forma: -1- mediante .... (.....) parcelas mensais iguais, acrescidas de juros de 06% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, cada uma do valor de R\$.....(.....) vencida a primeira delas do dia .....e devidamente recolhida, recolhidas, ainda, as parcela ....., e as demais em igual dia dos meses

subsequentes, até final pagamento, sendo certo que o pagamento da última parcela será feito contra a assinatura do instrumento de quitação liberando o imóvel do ônus hipotecário agora constituído; -2- o saldo devedor e o valor das parcelas serão atualizados anualmente a partir da data prevista para pagamento do sinal, na forma da legislação vigente, tomando-se por base o *IPC-FIPE* e, na sua eventual extinção, será substituído por indexador previsto legalmente, a critério da **CREDORA HIPOTECÁRIA**, ou, na sua falta, pelo fator de correção utilizado pelo Estado de São Paulo; -3- no caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** ficará sujeito ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die" e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso; -4- se a mora ultrapassar 90 (noventa) dias corridos, considerar-se-á caracterizada a inadimplência do **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** e imediatamente exigível, pela via judicial competente, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante total devido, independente de interpelação, perdendo o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. Adicionalmente, haverá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", até a data do efetivo pagamento, mais correção monetária a ser calculada mensalmente pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua eventual extinção, por outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado; -5- o recibo de pagamento da última prestação vencida não presume quitação da anterior. Havendo mais de uma parcela em atraso somente será permitida a purga da mora caso ocorra, simultaneamente, o pagamento de todos os encargos em atraso, salvo deliberação da **"CREDORA HIPOTECÁRIA"**; -6- todos os pagamentos, inclusive o último, que será feito contra a assinatura do instrumento de quitação, como consta acima, deverão ser feitos em seus respectivos vencimentos, mediante depósito na conta corrente mencionada no item III, devendo o comprovante ser encaminhado à Secretaria de Gestão e Governo Digital, que se responsabiliza a comunicar o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** caso haja alteração nos dados bancários. Este contrato hipotecário reger-se-á mediante as cláusulas e condições seguintes: - **PRIMEIRA:** - Em garantia do pagamento da dívida ora confessada e demais encargos dela decorrentes, o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** por esta mesma escritura e na melhor forma de direito, dá à **"CREDORA HIPOTECÁRIA"**, como de fato dado tem, em primeira, única e especial hipoteca, o imóvel adquirido por esta mesma escritura, a qual abrange todas as acessões, benfeitorias, melhoramentos, construções e instalações que lhe forem acrescidas e vigorará pelo prazo necessário ao integral cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais vinculadas ao presente negócio; - **SEGUNDA:** - Todos os impostos, taxas e contribuições fiscais, atinentes ao imóvel negociado são de responsabilidade exclusiva do **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"**, ficando reservado à **"CREDORA HIPOTECÁRIA"** o direito de, a qualquer tempo exigir comprovantes de pagamentos dos referidos encargos fiscais e/ou tributários, ou quaisquer outras contribuições relativas ao imóvel dado em garantia; - **TERCEIRA:** - Considerar-se-á vencida e exigível a dívida ora confessada, com todos os seus acessórios, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, por quaisquer dos motivos previstos em lei ou nos seguintes casos: - a - se o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** alienar ou prometer alienar, por qualquer título, o imóvel hipotecado; - b - constituição de qualquer gravame ou garantia sobre o imóvel, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da **"CREDORA HIPOTECÁRIA"**; -c- se o imóvel dado em garantia hipotecária vier a sofrer qualquer ato de constrição judicial ou decretada qualquer medida judicial ou administrativa que, de algum modo o afete no todo ou em parte; - d - ação ou execução, contra o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"**, que venha atingir ou deteriorar a garantia dada; e, - e - na hipótese de se atrasar o pagamento por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, perdendo o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. - **QUARTA:** - Este contrato deverá ser respeitado e cumprido pelos contratantes, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título, ficando eleito como seu foro, o da comarca desta Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Havendo necessidade de procedimento judicial para o cumprimento deste ajuste, a parte considerada culpada arcará com todas as despesas que o processo ocasionar, inclusive custas, honorários de advogados e demais despesas legais, além da multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa; - **QUINTA:** - o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** fica obrigado a manter o imóvel hipotecado em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade, bem como a fazer às suas custas as obras e reparos necessários ou solicitados pela **"CREDORA HIPOTECÁRIA"** para preservação da garantia, vedado, entretanto, a realização de obras de demolição, alteração ou acréscimo, sem prévio e expresso consentimento da **"CREDORA HIPOTECÁRIA"**. Para constatação do exato cumprimento desta cláusula, fica assegurada à **"CREDORA HIPOTECÁRIA"** a faculdade de, em qualquer tempo, vistoriar o imóvel. - **SEXTA:** - o **"DEVEDOR HIPOTECÁRIO"** assume a obrigação de comunicar à **"CREDORA HIPOTECÁRIA"** eventuais impugnações feitas ao presente contrato, bem como quaisquer ocorrências que possam, direta ou indiretamente, afetar o imóvel dado em garantia, notadamente a mudança de sua numeração ou identificação, durante a vigência do presente instrumento; - **SÉTIMA:** - sob as penalidades legalmente aplicáveis,

bem como sob pena do vencimento antecipado da dívida, o "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**", em caso de locação do imóvel objeto da garantia ora constituída, se obriga a incluir em eventual contrato de locação que vier a celebrar, cláusula expressa em que o locatário tenha ciência inequívoca das condições acima elencadas; - **OITAVA**: - no caso de desapropriação do imóvel dado em garantia, a "**CREDORES HIPOTECÁRIA**" receberá do poder expropriante a indenização correspondente, imputando-a na solução da dívida e liberando o saldo que sobejar, se houver, ao "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**". Se a indenização de que trata o "caput" desta cláusula for inferior ao saldo da dívida, o "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**" suportará a diferença apurada, sob pena de cobrança judicial da importância remanescente; - **NONA**: - é assegurada ao "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**" em dia com suas obrigações a realização de amortizações extraordinárias para redução do valor e/ou prazo da dívida, hipótese em que os juros proporcionais serão expurgados do saldo devedor remanescente, devendo o cálculo para tanto ser apresentado previamente à Secretaria de Gestão e Governo Digital, que por sua vez deverá se manifestar por escrito, com relação ao cálculo, no prazo máximo de 07 (sete) dias; - **DÉCIMA**: - o "**DEVEDOR HIPOTECÁRIO**", sob responsabilidade civil e penal, declara que não há contra ele nenhum feito ajuizado, por ações reais ou pessoais, que envolva o imóvel objetivado, e que não está vinculado pessoalmente como empregador ao INSS, não estando, portanto, incurso nas restrições da Lei Previdenciária. **PELOS CONTRATANTES**, me foi dito mais, que autorizam todos os registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização da presente no Cartório de Registro de Imóveis competente; Que a presente escritura de venda e compra com pacto adjeto de hipoteca tem caráter irretratável e irrevogável, vedado o arrependimento, obrigando as partes, herdeiros e outros sucessores; Que esta escritura está vinculada às disposições e obrigações contidas no **LEILÃO PÚBLICO SGGD/GS-C.P.E. nº 0010/2024, Processo SGGD nº 018.00027514/2024-35**, realizado na Secretaria de Gestão e Governo Digital, na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, com as atualizações posteriores, bem como demais normas incidentes na espécie. E, de como assim o disseram, dou fé. A pedido das partes e mediante a apresentação dos documentos mencionados, inclusive a certidão referida no item IV, artigo 1º do Dec. 93.420/86 que regulamentou a Lei nº 7.433/85, ou seja, certidão de matrícula atualizada expedida pelo.....Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_, que fica arquivada nestas notas, na pastas....., como documento de nº ....., lavrei a presente escritura que sendo feita, lida em voz alta e achada conforme, a aceitaram, outorgaram e assinam. Do presente ato será emitida declaração sobre operação imobiliária, conforme IN/SRF. O imposto de transmissão "inter-vivos" devido na presente foi recolhido nesta data, no Banco\_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, pela guia expedida pela Prefeitura do Município de São Paulo sob o nº. de transação \_\_\_\_\_, autenticada mecanicamente sob o nº.\_\_\_\_\_, do valor de R\$ \_\_\_\_\_, da qual uma via fica arquivada nestas notas sob o nº. \_\_\_\_\_.

Em test.º \_\_\_\_\_ da verdade

\_\_\_\_\_

## ANEXO VI

### MODELOS DE PROCURAÇÃO

#### ANEXO VI.1

#### MINUTA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

**LEILÃO N ° 0010/2024**

**PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35**

..... (outorgante), [inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., neste ato representado(a), conforme atos constitutivos **OU** procuração apresentada, por



..... (nome e função no outorgante), (se for o caso)] portador do RG nº....., inscrito no CPF/MF sob nº....., (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado.....: nomeia e constitui seu bastante procurador: ....., portador do RG nº....., inscrito no CPF/MF sob nº....., (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado .....: ao qual confere os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de, em nome do outorgante, participar da LICITAÇÃO – **Leilão Público nº 0010/2024, Processo SGGD nº 018.00027514/2024-35**, promovida pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, leilão com o critério de julgamento por “MAIOR LANCE”, para venda do imóvel localizado na \_\_\_\_\_ - SP, com expressos poderes para representá-lo na compra do imóvel por meio da referida licitação, bem como poderes especiais para assinatura do instrumento de venda e compra, podendo retirar editais, apresentar e retirar documentos exigidos na citada licitação, prestar declarações, firmar compromissos, assinar proposta com oferta de preço, requerer, caucionar, retirar cauções, impugnar, apresentar recursos e fazer o acompanhamento até final decisão, participar das sessões, renunciar ao direito de recorrer, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, em tudo que for relacionado com a referida licitação.

## ANEXO VI.2

### MINUTA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM GRUPO

**LEILÃO N ° 0010/2024**

**PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35**

..... (Outorgante 1), [inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., neste ato representado(a), conforme atos constitutivos **OU** procuração apresentada, por ..... (nome e função no outorgante), (se for o caso)] portador do RG nº....., inscrito no CPF sob nº....., (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado....., com 1/.. de parte ideal, ..... (Outorgante 2), [inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., neste ato representado(a), conforme atos constitutivos **OU** procuração apresentada, por ..... (nome e função no outorgante), (se for o caso)] portador do RG nº....., inscrito no CPF sob nº....., (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado....., com 1/.. de parte ideal, nomeiam e constituem seu bastante procurador: ....., portador do RG nº....., inscrito no CPF sob nº....., (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado .....: ao qual conferem os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de, em nome dos outorgantes, participar da **LICITAÇÃO – Leilão Público nº 0010/2024, Processo SGGD nº 018.00027514/2024-35**, promovida pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, leilão com o critério de julgamento por “MAIOR LANCE”, para venda do imóvel localizado na \_\_\_\_\_ - SP, com expressos poderes para representá-los na compra do imóvel por meio da referida licitação, bem como poderes especiais para assinatura do instrumento de venda e compra, podendo retirar editais, apresentar e retirar documentos exigidos na referida licitação, prestar declarações, firmar compromissos, assinar proposta com oferta de preço, **por cujo pagamento se declaram solidariamente responsáveis**, requerer, caucionar, retirar cauções, impugnar, apresentar recursos e fazer o acompanhamento até final decisão, participar das sessões, renunciar ao direito de recorrer, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, em tudo que for relacionado com a referida licitação.

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL

LEILÃO N ° 0010/2024

PROCESSO SEI N ° 018.00027514/2024-35

Declaro(amos) para todos os fins de direito que (nome(s) do(s)proponente(s)) ....., (CPF / CNPJ n.º ).....tem ciência expressa da localização, descrição, características, dimensão e estado físico, em especial de conservação, do imóvel em referência, objeto da licitação em epígrafe, bem como de suas condições jurídicas e registrarias, tendo, inclusive, analisado sua documentação imobiliária, responsabilizando-se por toda e qualquer regularização necessária.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Tarcila Peres Santos, Chefe de Gabinete**, em 25/11/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0047262195** e o código CRC **E1FD418A**.